

CONTRA O VETO AO AUMENTO DE RECURSOS! CONTRA OS DECRETOS DO GOVERNADOR!

Vamos discutir a greve para garantir a autonomia e a universidade pública de qualidade

Esta é a proposta da Adunesp e do Fórum das Seis, que deve ser debatida nas assembléias que se realizam em fevereiro. Fique atento à convocação na sua unidade e não falte! O veto ao aumento de recursos, aprovado na Assembléia Legislativa, e os recentes decretos de Serra representam uma séria tentativa de estabelecer um novo modelo de universidade, que deixe de lado a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, numa clara intervenção na autonomia científico/pedagógica e administrativo/financeira.

A Adunesp convoca: é hora de reação! Nas páginas 3 a 5, veja detalhes sobre os decretos e suas implicações sobre a vida das universidades.

Retroatividade, já! Unesp sem argumentos para agredir a isonomia

Pág. 7



Vem aí o 26º Congresso do Andes

Pág. 6



Manifestação na Alesp, em 29/6/2006

A luta contra o veto na LDO: por mais recursos para a educação pública

Pág. 6

Adunesp prepara Congresso e eleições

Pág. 6

PAC mantém pilares neoliberais na economia

Pág. 8

A intervenção tucana e o nosso projeto de universidade

A passagem do bastão de Cláudio Lembo para José Serra trouxe uma avalanche de surpresas para a educação pública paulista. Algumas surpreendentes, outras nem tanto. E é a elas que esta edição do **Adunesp Informa**, a primeira de 2007, dedica suas páginas. Em seus últimos dias de governo, a pedido de seu sucessor, Lembo vetou o aumento de recursos para a educação paulista, aprovado na LDO 2007, como mostra matéria na página 6. Em seu primeiro dia de governo, Serra baixou um conjunto de decretos que ferem de frente a autonomia das universidades estaduais paulistas e podem comprometer seu futuro.

O veto de Lembo caiu como uma ducha fria sobre a comunidade acadêmica. Não que se esperasse muito de um governo tucano/pefelista, acostumado a agredir a educação pública. Porém, ainda que o aumento aprovado contemple muito do que defendemos, não se trata de índices que possam comprometer as finanças do governo: 31% da receita total de impostos para a educação em geral, aí incluídos 10,43% do ICMS para as universidades estaduais e 1% do ICMS para o Centro Paula Souza (Ceeteps), este último responsável pelas escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (FATEC's).

O veto não é o ponto final nesta luta. Ainda é possível derrubá-lo no plenário da Alesp e, também, interferir nos debates sobre a Lei Orçamentária (LO) 2007, que deve ser aprovada ainda em fevereiro.

Poucos dias após o veto, novos tiros tucanos contra a educação pública. Por meio de um pacote de decretos, o novo governador investiu contra a autonomia universitária, fragmentou o ensino paulista em várias secretarias, reteve verbas, congelou concursos públicos etc etc. Os que se referem mais diretamente ao ensino superior – e que são assunto de várias matérias nesta edição – são os decretos 51.460/07 e 51.461/07, que criaram as Secretarias de Ensino Superior e a de Desenvolvimento, vinculando as universidades à primeira e o Centro Paula Souza à segunda. A Secretaria de Ensino Superior passou a incorporar o Cruesp, dando-lhe nova composição (além dos três reitores, entram os secretários de Ensino Superior, de Desenvolvimento e da Educação). A

pressão e a indignação da comunidade acadêmica conseguiram um primeiro recuo do governo, que desistiu de dar a presidência do “novo” Cruesp ao secretário de Ensino Superior, José Aristodemo Pinotti, a quem caberia o voto de Minerva em caso de polêmica.

Mas este recuo não acalma a comunidade. Muitos pontos preocupantes estão pendentes, relacionados ao modelo de universidade que pode derivar das medidas anunciadas. A nítida impressão que fica da investida tucana é que estamos diante de uma intervenção nas universidades. Obviamente, intervenção não é sinônimo apenas de alterações bruscas nos postos de comando, substituições arbitrárias ou nomeações impostas. Acabar com a vinculação de recursos (ao vetar a LDO, o governo caminha neste sentido), criar dificuldades para o manuseio de verbas, determinar o ritmo e o destino dos investimentos, dificultar as negociações salariais (que passam a ficar sob o crivo direto do governo, via Secretaria de Ensino Superior), entre outras medidas, também são mecanismos de intervenção.

E o que se pretende com tudo isso?

Pelo que explicitam – e pelo que deixam de mostrar – os decretos apontam para um modelo de universidade que caminha na contramão dos anseios da sociedade. Ao não reafirmarem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os decretos acenam com a possibilidade de expansão do ensino superior paulista sem garantia de qualidade: para a maioria pobre da população, os “colegios” de nível superior, sem pesquisa e extensão. Para uma parcela seleta, o ensino de qualidade.

A luta histórica da Adunesp e do Fórum das Seis é para que as universidades públicas garantam a todos o ensino gratuito, de qualidade e referenciado pelos interesses da sociedade. Embora a autonomia atual – uma inegável conquista da nossa luta – não garanta esse modelo, é inegável que vem sendo determinante para que Unesp, USP e Unicamp estejam na vanguarda científica do país, respondendo por mais da metade da produção científica nacional. Perder a autonomia, agora, é sinônimo de retrocesso.

O Fórum das Seis vem cobrando dos reitores uma postura firme contra a intervenção do governo Serra. É preciso mais do que as tímidas reações que estamos vendo.

Na Unesp, inclusive, a reitoria utiliza a conjuntura adversa para aprofundar seus ataques à isonomia e aos direitos de docentes e servidores, negando-se a retroagir o índice de 1,79% a maio/2006, como o fizeram USP e Unicamp (pág. 7).

Não resta dúvida: 2007 será um ano de lutas para a comunidade universitária. Que seja de ousadia, garra e conquistas!

**Jornal da
Associação dos Docentes da
Unesp.
Adunesp S. Sindical**

Diretoria: Milton Vieira do Prado Júnior (Presidente, FC/Bauru), Sueli Guadalupe de Lima Mendonça (Vice-presidente, FFC/Marília), João da Costa Chaves Júnior (Secretário-geral, FCL/Assis), Maria Aparecida Segatto Muranaka (Vice-secretária, IB/Rio Claro), Emanuel da Rocha Woiski (Tesoureiro-geral, FE/Ilha Solteira) e Carlos Alberto Anaruma (Vice-tesoureiro, IB/Rio Claro).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP.
Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje

DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Em fevereiro, todos às assembleias!

Vamos discutir os decretos e a reação da comunidade acadêmica. Fórum das Seis indica a discussão de greve em defesa da autonomia, dos nossos direitos e do nosso projeto de universidade

Reunido no dia 1º de fevereiro, o Fórum das Seis discutiu com profundidade os decretos baixados pelo governo no início de janeiro e suas consequências para as universidades. Entre as deliberações apontadas, está a realização de assembleias em todas as unidades da Unesp, USP e Unicamp, para debater a nossa reação ao pacote de ataques de Serra. Tendo claro que o intuito do governador é dismantelar o grau de autonomia conquistado pelas universidades, o Fórum indica a perspectiva de greve, que deve ser avaliada nas assembleias. Fique atento à convocação em sua unidade e não deixe de participar. Nossa reação, agora, será determinante nas lutas que virão em 2007, inclusive a campanha salarial.



(confira a íntegra na página seguinte).

O Fórum também orienta as entidades que o compõem a solicitar que os órgãos colegiados das universidades, inclusive os conselhos universitários, pautem, discutam e se posicionem publicamente a respeito dos decretos. A Adunesp faz um chamado aos representantes docentes nestes órgãos, ligados ao “Chapão”, para que se somem na denúncia dos decretos e na defesa da autonomia.

Os departamentos jurídicos das entidades também estão se reunindo para analisar as medidas.

Data-base 2007

As assembleias também deverão iniciar a discussão sobre a data-base 2007. Neste ano, a intenção é dar a largada na campanha salarial mais cedo. Por isso, é importante que os docentes comecem a discutir a pauta de reivindicações que apresentaremos (com base na pauta de 2006). Vamos levar as nossas sugestões ao Fórum das Seis, que fechará a pauta unificada.

Manifesto

Na reunião do dia 1º, o Fórum aprovou a distribuição, durante o início das aulas, do “Manifesto em Defesa das Universidades Estaduais Paulistas”

Entenda a dimensão dos decretos

Os decretos 51.460/07 e 51.461/07 foram baixados em 1º de janeiro, o que demonstra claramente o fato de já estarem prontos antes da posse, embora a comunidade acadêmica não tenha sido minimamente consultada. A reitora da USP e presidente do Cruesp, Suley Vilela, foi destituída do cargo por telefone! O recuo posterior de Serra neste ponto, devolvendo a presidência do Cruesp aos reitores, foi um primeiro resultado da indignação da comunidade.

Fragmentação do ensino

O novo governador criou a Secretaria de Ensino Superior e transferiu para a sua alçada o controle das universidades, até então vinculadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia. O



Audiência com o vice-reitor: representantes da Adunesp e do Sintunesp questionam sobre impacto das medidas

Cruesp também foi para a nova Secretaria, sendo que até então integrava o Gabinete do Governador.

A Secretaria de Ciência e Tecnologia agora se chama Secretaria de Desenvolvimento e a ela passa a estar vinculado o Centro Paula Souza, que administra as escolas técnicas (ETE's) e faculdades de tecnologia (FATEC's). O ensino fundamental e médio permanece sob a tutela da Secretaria da Educação.

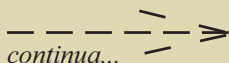
Essa distribuição dos níveis de ensino em três secretarias já demonstra a clara intenção de fragmentar ainda mais a educação pública, dividindo seus trabalhadores.

Nomenclatura apenas?

Como bem alertaram Alcir Pécora

— — — — — ➤
continua...

DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA



e Francisco Foot Hardman, docentes do IEL/Unicamp, em artigo publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 24/1/2007 ("Serra e o fim da autonomia universitária"), não se trata de nomenclaturas apenas. Os decretos são bem claros ao afirmar que passam para a Secretaria de Ensino Superior "os bens móveis e equipamentos, os cargos e funções-atividades, os direitos e obrigações e o acervo, relativos às atividades da Administração Direta voltadas ao ensino superior, em todos os seus níveis".

"Estamos diante de uma operação de controle centralizado, pelo aparelho estatal do governo, das estruturas, funções, recursos materiais e humanos das universidades", alertam os docentes.

Controle financeiro

Uma das exigências do novo governo é que as universidades passem a fazer parte do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios do Estado de São Paulo), órgão ligado à Secretaria do Estado da Fazenda. O que poderia parecer uma medida de garantia de transparência, pois aumentaria o controle dos gastos públicos nas universidades, revela-se um grande problema. Ao contrário do que vem acontecendo desde o advento da autonomia, em 1988, as universidades não poderiam mais manusear verbas e alocar recursos para determinados setores que necessitem de verbas emergenciais. Seus orçamentos estariam engessados. Veja este exemplo:

Suponha-se que aumente, inesperadamente, o número de crianças com transtornos respiratórios no Pronto Atendimento (PA) do Hospital das Clínicas de Botucatu e isso exija um remanejamento emergencial de recursos... o que só poderia ser feito através de um pedido à Secretaria de Planejamento, que remeteria a decisão ao governador, que poderia ou não elaborar um decreto autorizando o remanejamento...



Serra: tentativa de controlar as universidades públicas

O que mais prevêem os decretos

O modelo de universidade em discussão

O Decreto 51.461/07 destaca a "pesquisa operacional", ou seja, a pesquisa aplicada, mas não faz referência alguma à pesquisa básica. Ressalta a formação superior de cunho tecnológico, mas não menciona a formação ampla. E não menciona, em nenhum trecho, a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão — tripé que caracteriza as universidades, de acordo com o artigo 207 da Constituição Federal, de 1988.

Recuo quanto à presidência do Cruesp

A reação da comunidade acadêmica, inclusive ocupando espaço na grande imprensa, já obrigou Serra a um primeiro recuo. O governo volta atrás na decisão de tirar dos reitores a presidência do Cruesp (até então, na forma de rodízio entre eles) e colocá-la nas mãos do secretário de Ensino Superior, José Aristodemio Pinotti. A atual presidente do Cruesp e reitora da USP, professora

Suely Vilela, havia sido exonerada da função por telefone, sem nenhum comunicado prévio (!). A volta da presidência do Cruesp aos reitores foi reafirmada através de uma nova redação dada ao artigo 42 do Decreto nº 51.461. Esse primeiro recuo, no entanto, não pôe fim ao debate. Temos que continuar nos mobilizando para derrubar o decreto como um todo.

Decreto 51.471/07 veda contratações

No dia 2 de janeiro, o novo governo editou o Decreto 51.471/07, vedando "a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial..." por tempo indeterminado. O decreto determina que os pedidos de concurso sejam encaminhados aos respectivos secretários de Estado para reavaliação.

Poucos dias depois, a reitoria da Unesp divulgou um Ofício Circular (nº 03/2007), de 10/1/2007, suspendendo temporariamente os concursos para preenchimento de cargos de professores (Assistente e Titular, em RTC

e em RDIDP) e de servidores técnico-administrativos, cujos editais ainda não tenham sido publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Ficam mantidos apenas os processos para a contratação de professores substitutos.

A iniciativa da reitoria, ainda que ancorada no decreto do governador, gerou dúvidas e muita preocupação na comunidade acadêmica. A falta de professores e servidores é grave em algumas unidades e compromete diretamente a qualidade dos cursos. Durante toda a gestão Trindade, a contratação de docentes substitutos, por exemplo, foi utilizada para driblar a abertura de concursos, trazendo prejuízos que se fazem sentir até os dias de hoje.

Em reunião com representantes da Adunesp e do Sintunesp, no dia 30/1, o vice-reitor Herman Jacobus Cornelis Vorwald afirmou que os processos de concurso cujos editais estejam prontos ou em andamento serão retomados.

Retenção de verbas de 2006

As diferenças relativas ao repasse da quota-parte do ICMS de dezembro 2006 às universidades foram retidas pelo governo Serra. Isso representou uma perda de cerca de R\$ 10,5 milhões para a Unesp, R\$ 5,5 milhões para a Unicamp e R\$ 11,5 milhões para a USP. Nos anos anteriores, isso nunca ocorreu. A explicação dada pelo governo, de que precisa aguardar a aprovação do Orçamento de 2007 na Assembleia para fazer o repasse, carece de sentido. O dinheiro retido refere-se ao ano anterior, tendo sido aprovado no orçamento de 2006.

Ensino técnico e tecnológico

O Centro Paula Souza (Ceeteps), que administra as escolas técnicas e faculdades de tecnologia de São Paulo, é vinculado científica e pedagogicamente à Unesp. Com a alocação das universidades à Secretaria de Ensino Superior e do Ceeteps à Secretaria de Desenvolvimento (ex-Ciência e Tecnologia), essa vinculação deixa de existir por decreto. E isso acontece sem que o Conselho Universitário da Unesp ou o Ceeteps sejam sequer ouvidos. O que esperar dessa medida! Ao não considerar o ensino ministrado nas FATEC's como superior, na medida em que não o enquadra na Secretaria de Ensino Superior, o governo Serra dá sinais claros do que vem por aí. A idéia é fragilizar cada vez mais os cursos superiores de tecnologia, transformando-os em cursos de segunda categoria, mais baratos e disponíveis para um maior número de alunos.

DEFESA DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Manifesto em defesa das Universidades Estaduais Paulistas

O Fórum das Seis vem a público denunciar que, logo no primeiro dia de governo, José Serra surpreendeu a comunidade universitária e a sociedade com um pacote de decretos que causa indignação, sobretudo o Decreto 51.461/07, que “Organiza a Secretaria de Ensino Superior e dá outras providências correlatas”.

Tal pacote é, de fato, uma das mais violentas e autoritárias intervenções do governo do Estado na autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades estaduais paulistas.

São preocupantes: a criação dessa nova Secretaria, vinculando a ela USP, Unicamp e Unesp, e todos os seus recursos materiais e humanos; o pretendido desmembramento do Centro Paula Souza (escolas técnicas estaduais e Fatecs) da Unesp e sua vinculação à Secretaria de Desenvolvimento (Decreto 51.460/07), caracterizando uma clara intervenção autonomia científica e pedagógica das Universidades.

Com esses decretos o governador José Serra fragmenta ainda mais a área educacional: a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) fica na Secretaria da Educação; os ensinos técnico e tecnológico na Secretaria de Desenvolvimento e a educação superior na Secretaria de Ensino Superior. Aliás, na prática, ignora até mesmo que o Centro Paula Souza realiza ensino superior! O Decreto 51.461/07 não faz qualquer referência ao financiamento da educação superior, o que talvez explique também sua omissão quanto a problemas a ele afetos: a insuficiência dos recursos subvinculados para esse ensino, o desconto da Habitação antes do repasse do percentual do ICMS às universidades, a freqüente isenção fiscal concedida pelo Executivo e a constante sonegação fiscal não combatida pelos poderes públicos.

Tal cenário agrava-se com o Decreto 51.471/07 (do segundo dia de governo), que veda “a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial (...)” por tempo indeterminado, apontando claramente para mais terceirização e mais precarização do trabalho nas universidades, o que compromete a qualidade de todas as atividades por elas desenvolvidas.

Em suma, o pacote governamental impõe uma maior centralização de poder no Executivo e uma intervenção arbitrária na autonomia das universidades, o que é inaceitável.

É imperioso realizar uma luta contundente em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, socialmente referenciada; da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão; e da autonomia universitária — expressas nas Universidades Estaduais Paulistas — hoje atacadas pelo governo Serra.

A resistência do Fórum das Seis Entidades — com o apoio e a participação de toda a sociedade — será correspondente à gravidade dessa atitude autoritária e intervencionista do governo estadual!

São Paulo, 1º de fevereiro de 2007
Fórum das Seis Entidades



“O balanço dessas duas décadas, apesar dos percalços, é muito favorável à experiência de autonomia universitária acumulada na USP, Unicamp e Unesp — disso há vários índices e exemplos conhecidos.”

(Alcir Pécora e Francisco Foot Hardman, professores do IEL/Unicamp. Folha de S. Paulo, 24/1/2007)

“A mudança do modelo de autonomia, iniciado em 1989, coloca em risco a manutenção da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas três universidades.”

(Herman Jacobus Cornelis Voorwald, vice-reitor da Unesp. Portal IG, 1/2/2007)

“As universidades têm autonomia para poder cumprir sua função social. Não é a liberdade de fazer o que quer, se voltar para dentro, de forma corporativa”,

(José Aristodemo Pinotti, secretário estadual de Ensino Superior. Folha de S. Paulo, 3/2/2007)

“A excelência em pesquisa e ensino superior tem preço alto, mas cada minuto, zelo e centavo investidos geram riqueza material e humana e fazem da universidade a mediação chave para enfrentar os desafios em âmbito nacional. Quanto à inclusão social, as três universidades aplicam, com sucesso, soluções adequadas às suas estruturas e meios.”

(Maria Sylvia Carvalho Franco, articulista da Folha de S. Paulo, 8/2/07)

“A SBPC manifesta seu protesto diante da violação da autonomia universitária e dos inusitados contingenciamento e redução dos repasses orçamentários destinados por lei às Universidades do Estado no mês de janeiro.”

(Manifesto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC)

“A resposta a esta intervenção do Sr. Serra deverá ser uma reação na mesma intensidade de toda a comunidade.”

(Milton Vieira do Prado Júnior, presidente da Adunesp. Jornal da Cidade de Bauru, 5/2/2007)

Adunesp realiza VI Congresso e eleições neste ano

A próxima plenária da Adunesp, ainda sem data definida, tem dois importantes pontos de pauta: a definição do local e do calendário do VI Congresso da entidade, bem como os prazos para as eleições que culminarão com a escolha da nova direção sindical.



O V Congresso, em 2005

O V Congresso da Adunesp aconteceu no campus de Assis, em setembro de 2005, e discutiu questões como a organização da categoria, conjuntura, plano de lutas e outros. O VI Congresso acontecerá num ano que se inicia marcado por ataques à autonomia e ao modelo de universidade que defendemos, o que promete debates relevantes.

Também em 2007, os filiados terão a tarefa de escolher os companheiros que farão parte da diretoria da Adunesp no próximo biênio (meio de 2007 a meio de 2009). O primeiro passo será a escolha da Comissão Eleitoral, que dirigirá o pleito. Fique atento e participe do processo.

Adunesp participará do 26º Congresso do Andes-SN

Está marcado para o período de 27/2 a 4/3 o 26º Congresso do Andes-Sindicato Nacional, em Campina Grande (PB), com o tema "Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo".

Considerando a importância dos debates, a Adunesp participará com os 10 delegados a que tem direito. Eles foram escolhidos em plenária da entidade: Vandei da Silva Pinto (Marília), José Carlos Miguel (Marília), Sandra Helena de Carvalho (Marília), Neusa Maria Dal Ri (Marília), Antônio Luis de Andrade (P. Prudente), Milton Vieira do Prado Jr. (Diretoria Executiva), José Gilberto de Souza (Jaboticabal), Ana Cláudia G. Borges (Jaboticabal), João da Costa Chaves Jr. (Assis) e Carlos Alberto Ananias (Rio Claro).

LUTA POR MAIS RECURSOS

Fórum pressiona deputados a derrubarem veto

No apagar das luzes do governo Alckmin/Lembo, no dia 29/12/2006, a educação pública paulista sofreu mais um golpe. A pedido de sucessor, José Serra, o então governador Cláudio Lembo vetou o aumento de recursos para o setor, que havia sido aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo: de 30 para 31% da receita total de impostos para o conjunto da educação, aí incluídos os percentuais de 10% do ICMS para as universidades, 0,43% do ICMS para a expansão nestas instituições, além da vinculação de 1% do ICMS para o Centro Paula Souza. "O Serra pediu que eu vetasse, porque ficaria uma sobreposição de valores. Vinculação de verba é uma coisa má", justificou Lembo (*O Globo*, 9/1/07).

O plenário da Assembleia Legislativa tem o poder de derrubar o veto, embora nada indique que a bancada governista se disponha a fazê-lo. Ao contrário, os deputados tentarão dar o veto como fato consumado e se concentrar na aprovação da Lei Orçamentária de 2007 (LO 2007), obviamente sem o aumento de recursos para a educação pública.

O Fórum das Seis, incluindo a Adunesp, esteve presente na Alesp nos dias 1º, 6 e 7 de fevereiro, em contato com os deputados. Todos já falavam em como discutir a Lei Orçamentária (LO) 2007. O presidente da Adunesp, Milton Vieira do Prado Júnior, presente às reuniões, questionou: "Mas, discutir como a LO? Sem o percentual de ICMS definido para as Universidades? Com os decretos do Serra quebrando a autonomia? Sem autonomia e sem percentual? Como ficará o aumento para a educação básica e a vinculação de recursos para o Centro Paula Souza? Ou seja, com estes questionamentos, se não conseguimos con-



A comunidade acadêmica esteve presente em várias manifestações na Alesp em 2006.

vencer os senhores deputados, pelo menos conseguimos ter uma agenda para a nossa luta."

No dia 6/2, durante uma reunião do Colégio de Líderes, ficou acertado que os deputados convidarão os reitores e o Fórum das Seis para colocarem suas reivindicações quanto ao veto na LDO e as emendas na LO. O Fórum também está pressionando os membros da Comissão de Finanças e Orçamento a convocarem uma reunião urgente, pautando o veto do governador, visto que este é o primeiro passo a ser conquistado. "A conjuntura política de final de mandato de alguns deputados, bem como os acordos propostos pelo governo têm dificultado uma resposta afirmativa", relata o professor Milton.

"É crucial que a comunidade pressione o deputado de sua região, mais uma vez, e que na próxima terça-feira, dia 13/2, consigamos mobilizar um grupo significativo de companheiros na Alesp", finaliza.



Reunião do Fórum das Seis na Alesp: pressão sobre os deputados

Isenção de impostos

A caneta do ex-governador não foi tão ágil no ponto relativo à renúncia fiscal, ou seja, nas isenções de impostos para os empresários. A meta é de altíssimos 8,4% ao ano, em 2007, 2008 e 2009. A isenção prevista é quase o valor destinado às universidades estaduais anualmente (9,57% do ICMS).

NOVO ATAQUE À ISONOMIA

Reitoria da Unesp descumpre acordo e não quer pagar o 1,79% retroativo a maio/2006

Em 2006, a Unesp foi a única a não pagar a índice de 1,79% (que havia sido acordado na campanha salarial) a partir de novembro. Preferiu deixar o reajuste para fevereiro/2007, pagando o retroativo referente aos meses de novembro, dezembro, janeiro e 13º salário.

Agora, a Universidade rompe a isonomia mais uma vez. Em reunião com representantes da Adunesp e do Sintunesp, no dia 1º/2, o vice-reitor Herman Jacobus Cornelis Voorwald informou que, em nome da “prudência administrativa e da defesa da instituição”, a Unesp não cumprirá o compromisso de pagar o retroativo correspondente ao período agosto/2006 a maio/2006, conforme consta no Comunicado Cruesp nº 2. USP e Unicamp já fizeram o acerto em folha suplementar, já no pagamento de fevereiro.

O compromisso assumido pelo Cruesp foi que, se a arrecadação do ICMS atingisse R\$ 40,9 bilhões no fechamento do ano de 2006, o índice de reajuste iria retroagir a maio, mês da data-base. Conforme planilha divulgada pelo próprio Cruesp, a arrecadação fechou em R\$ 41,1 bilhões. Portanto, automaticamente, o valor referente à retroatividade do reajuste deveria ser creditado, como ocorreu na USP e na Unicamp.

Caixa com o dinheiro dos trabalhadores

A postura da Unesp, colocando em xeque a isonomia, não tem explicação. Uma análise dos números da Universidade em 2006 deixa claro o que significa para cada um dos servidores esta medida “prudente” da reitoria. Segundo informações da APLO, a reserva financeira da Unesp era de R\$ 10,806 milhões em janeiro/2006 e de R\$ 37,560 milhões em janeiro/2007, o que significa que a Universidade guardou cerca de R\$ 27 milhões em 2006. Significa, também, que o



Uma das negociações durante a data-base/2006: Unesp não cumpre palavra empenhada

arrocho aos nossos salários garantiu mais de um terço deste total, ou seja, cerca de R\$ 10,1 milhões.

O rombo no bolso

Enquanto a Unesp faz suas reservas financeiras com o dinheiro dos trabalhadores, estes ficam à mercê dos juros do cheque especial e de empréstimos bancários. Veja estes exemplos:

Servidor	Salário base	Valor devido referente ao reaj. de 1,79% a cada mês	Total do reajuste não pago (maio a outubro/06)	Juros do cheque especial sobre o valor não recebido	Total de perdas ou de contribuição à reserva financeira
Oficial Administrativo em início de carreira	R\$ 1.090,30	R\$ 19,52	R\$ 117,12	R\$ 9,35	R\$ 126,47
Professor Doutor 40 h	R\$ 5.560,61	R\$ 99,53	R\$ 597,18	R\$ 47,48	R\$ 644,56

Obs1: Vale ressaltar que não estamos contabilizando os benefícios próprios de cada servidor, como é o caso dos quinquênios.

Obs2: Se aplicou os R\$ 9 milhões no Banespa Santander, por exemplo, a reitoria da Unesp obteve um rendimento de cerca de R\$ 67,5 mil.

Em vez de salários... empréstimos

Em nome da “prudência e do respeito à instituição e aos servidores”, a reitoria divulgou no início de janeiro o resultado de uma negociação com dois bancos, conseguindo taxas de juros baixas para o empréstimo na folha de pagamento. É muita bondade, de fato, uma vez

que os juros do cheque especial são maiores do que os juros praticados nos empréstimos.

Novos argumentos

Neste momento, após a intervenção do governador Serra na autonomia financeira e administrativa das Universidades, colocada em prática no primeiro mês de governo, novos argumentos surgiram para justificar o não pagamento do retroativo. É o caso, por exemplo, do contingenciamento de recursos de parte da arrecadação de dezembro de 2006 e sobre os valores de custeio e investimento no mês de janeiro. Além, é claro, do veto do governador à LDO e a não definição da Lei Orçamentária.

No entanto, não são argumentos consistentes e definitivos para justificar a opção política assumida pela atual administração. Para reforçar a nossa reivindicação, o fechamento da arrecadação do ICMS no mês de janeiro/2007 foi 2,5% superior ao previsto.

A Adunesp entende o esforço fei-

to pela reitoria nestes dois anos de gestão para atacar problemas estruturais que a Universidade enfrenta e ainda enfrentará, devido à irresponsabilidade da gestão anterior; e também a necessidade de uma reserva financeira para segurança da administração. Porém, é inadmissível que a recuperação de uma reserva consumida em quatro anos se dê em apenas um ano. E, pior ainda, que tal recuperação se dê através da não reposição de perdas inflacionárias dos salários dos servidores e da quebra de compromissos assumidos.

PAC mantém inalterados pilares neoliberais da economia

Bancos e grandes empresas são os grandes beneficiados com as medidas, que ainda dependem de aprovação pelo Congresso

No dia 22 de janeiro, o governo federal anunciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), prevendo um crescimento econômico da ordem de 5% do PIB nos próximos quatro anos.

A expectativa do governo é que até 2010 sejam investidos na economia brasileira (em transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos) R\$ 503,9 bilhões. Destes, R\$ 217 bilhões viriam da iniciativa privada, R\$ 219 bilhões de estatais e R\$ 68 bilhões do orçamento da União. “Essa idéia de esperar que o privado vai investir em infraestrutura é um sonho de uma noite de verão”, opina o economista José Carlos de Assis, editor do site Desemprego Zero (*Brasil de Fato*, 25/1/2007).

Juros e endividamento público

Em nota pública, intitulada “Do espetáculo de crescimento ao PAC, a nova bravata”, o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) lembra que o atual

governo não modifica os pilares neoliberais da política econômica vigente nos últimos 12 anos, durante os dois mandatos de FHC e o primeiro de Lula. Neste período, a elevada taxa de juros impulsionou o endividamento público, resultando num pífio crescimento do PIB: média inferior a 2,7% ao ano. Nos últimos quatro anos, o superávit primário (tudo o que o país “economiza” para continuar pagando os juros da dívida pública) ficou acima das metas exigidas pelo Fundo Monetário Internacional e chegou a 4,61% do PIB em 2004 e 4,84% do PIB em 2005.

O Andes denuncia que, no orçamento de 2007, a mesma opção perversa é mantida: mais da metade dos recursos (59,5%) está destinada ao refinanciamento, à amortização ou ao pagamento de juros da dívida pública. “Em outras palavras, o PAC é apresentado sem que o essencial seja alterado, pois os juros reais altos continuam determinando o deslocamento da maior parte da riqueza diretamente para as mãos dos rentistas, sejam bancos ou fundos de pensão”, alerta o documento.

O crescimento econômico também é utilizado para justificar uma escandalosa isenção de impostos nos dois primeiros anos do segundo mandato. Para 2007, a isenção prevista é de cerca de R\$ 6,6 bilhões. Para 2008, em torno de R\$ 11,5 bilhões. Vale lembrar que o orçamento de um ano das universidades federais brasileiras é de R\$ 7,8 bilhões.

Mais reformas

Ao apresentar o PAC, o governo



Reprodução: www.conlutas.org.com.br

reafirmou que considera como principais obstáculos ao crescimento os setores do Estado encarregados de executar o que resta de políticas sociais públicas no país e a legislação de proteção do ambiente natural e dos direitos dos

trabalhadores. Ou seja, aponta o caminho da aprovação de novas reformas e da continuidade de algumas delas para viabilizar parte do crescimento esperado. Leia-se: reformas trabalhista, universitária, sindical e da Previdência. “Isso é falso e repete a mesma retórica ardilosa de todos os governos neoliberais dos anos 90, pois houve estagnação onde as reformas mais avançaram, como no caso da Argentina. Lá, o crescimento somente se ampliou depois da declaração da moratória”, prossegue o Andes na nota pública.

Uma importante vertente do PAC é a perspectiva de congelamento dos salários dos servidores públicos federais. O Programa impõe um limite de 1,5% acima da inflação à folha de pagamento da União, o que sequer atende a seu crescimento vegetativo.

O documento do Sindicato Nacional conclama à reação dos trabalhadores do serviço público e do setor privado, “visando a barrar o anunciado conjunto de medidas e combater as reformas que irão retirar direitos como forma de impulsionar a acumulação de capital.”

O uso das PPP's: o mau exemplo do Metrô paulista

Adriano Benayon, doutor em Economia e autor de “Globalização versus Desenvolvimento” (Editora Escrituras), critica as parcerias público-privadas, as PPP's, que o governo pretende usar para arrecadar parte dos recursos esperados. “As PPP's são projetos nos quais o governo encomenda pacotes fechados a cartéis de empresas estrangeiras e locais. Além de pagar a maior parte e financiar o empreendimento, o governo não controla coisa alguma e compromete-se a garantir ao cartel um percentual de lucros”, denuncia, citando como exemplo a Linha 4 do Metrô, em São Paulo, recente palco de uma tragédia que ceifou a vida de oito pessoas.

“A maior fase de crescimento econômico brasileiro foi nos anos 70. Essa época foi justamente a de maior aprofundamento da dívida pública. O Estado não só liberou crédito, foi comprador, reproduzidor e, principalmente, foi banqueiro, criando todas as condições para impulsionar os agentes privados. Agora, está com a dívida cada vez maior e quer dar um caráter mercantil às suas próprias funções, transformando o serviço público num espaço de valorização novo do capital privado, por conta e risco do setor público.”

(José Menezes Gomes, professor da UFMA e 3º tesoureiro do Andes-SN, em entrevista ao *InformAndes Online*)

